

A “Casa” e a “Rua” na Trajetória do Pesquisador Moderno – uma Análise da Formação do Pesquisador em Ciência Básica no Brasil e os Rituais de Passagem

Autoria: Maria Scarlet do Carmo

Resumo

Este artigo discute o processo de formação científica no Brasil tomando o caso de uma instituição federal de pesquisa básica na cidade do Rio de Janeiro. Essa discussão é feita a partir da analogia entre as idéias de “casa” e de “rua” desenvolvidas por Roberto da Matta (1987, 1997) com o objetivo de compreender o dia-a-dia de uma instituição que depende do desempenho acadêmico de seus membros para o fomento às suas pesquisas. Foi estabelecida uma relação entre a noção de desempenho acadêmico entre seus integrantes e a idéia de ritual de passagem na academia. Os dados foram coletados entre os anos de 1999 e de 2001, quando foram realizadas 15 entrevistas abertas e 103 semi-estruturadas junto a alunos de mestrado, doutorado e pós-doutorado dessa instituição, além de terem seguido observações de caráter etnográfico. Os resultados apontam que o ritual de passagem eles se caracterizaria pela publicação de *papers* em revistas internacionais de alto impacto e não pela obtenção de títulos mediante a defesa de projetos. Os resultados obtidos mostram a necessidade de um convívio intenso entre eles para a sustentação da cultura, de publicações, mediante a qual obtêm legitimidade social e garantem a manutenção dos níveis elevados nas avaliações pelos órgãos de financiamento.

Introdução

Tomando a idéia de “a casa e a rua” de Roberto da Matta (1987, 1997) e a de ritual de passagem na academia, este trabalho procura discutir o processo de formação científica no Brasil à luz da política de avaliação de desempenho proposta pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) nas duas últimas décadas. Essa política de avaliação de desempenho tem como um dos seus critérios o nível de produtividade do pesquisador – em que são atribuídas notas ou conceitos às instituições de ensino e pesquisa nacionais, mediante um modelo de avaliação aprovado por uma comissão internacional. Esse modelo de avaliação por produtividade, no intuito de transformar a produção científica em instrumento do governo, tem conduzido, segundo alguns, a uma lógica de mercado (ADUR Informa, 2005). Não caberá a este trabalho discutir este aspecto, mas sim os efeitos que a adoção de um modelo de avaliação por produtividade tem provocado na formação de pesquisadores nacionais.

Na segunda geração de pesquisadores brasileiros (1908-1920) àqueles que quisessem se dedicar à ciência, não bastava vontade e empenho, era necessário estabelecer proximidade com especialistas ou até mesmo possuir algum grau de parentesco ou influência pessoal no meio acadêmico (Schwartzman, 2001). Mas mesmo antes de a prática científica se instalar no Brasil para os que não eram abastados e desejavam terem acesso aos estudos mais avançados, só restava o monastério. Mendel, por exemplo, filho de jardineiros, não possuía renda suficiente para dar continuidade aos estudos, o que o levou a entrar para um mosteiro a fim de que pudesse desenvolver suas pesquisas, posteriormente imortalizadas na genética (Cane, 1959).

Atualmente não se afirma o mesmo, o contato com a ciência em diversos países é permitido a muitos que o almejam, graças à sua institucionalização. Segundo Leta e De Meis (1996) e De Meis (1998), a institucionalização da ciência se dá com a descoberta e descrição do método científico em fins do século XVIII, o que tornara o processo de descoberta mais eficiente e confiável. É por volta da segunda metade do século XIX, porém, que a atividade científica passa de bem cultural a fator ou insumo para uma economia bem-sucedida (Longo, 1997). De atividade de lazer e cultura passa a profissão, e como tal implica em: especialização, definição de normas e regras operacionais e, por fim, remuneração.

Essa institucionalização da ciência nos países em desenvolvimento deu-se por meio de incentivos do governo, setor privado e fundações internacionais, porém, ela ocorreu tardiamente. No caso do Brasil, por exemplo, as dificuldades econômicas levaram a que o seu crescimento fosse vagaroso e aparentemente desordenado. Com a democratização da ciência teria ocorrido o mesmo, mas foi preciso passar por um longo processo, que foi desde a fundação das primeiras instituições – inicialmente o Museu Nacional, em 1876, posteriormente o Instituto Oswaldo Cruz em 1900 e a Universidade do Brasil em 1920. Até o fomento à pesquisa pelo Estado - em 1951 com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e também a Capes, as primeiras agências de financiamento e de formação de recursos humanos, seguidas de outras como a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). Essas agências de financiamento é que serão as responsáveis pelo processo de democratização da ciência no país, na medida em que passa a conceder bolsas de estudos no Brasil e no exterior. É com esse fomento pelo Estado que, segundo Leta & De Meis *et al.* (1996), foi possível o acesso de representantes de grupos sociais menos abastados à pesquisa.

Após essa institucionalização, o Brasil na década de 1970, influenciado pelo contexto internacional de ciência e tecnologia, experimenta uma reestruturação de seu modelo de produção científica em áreas marcadas por interesses comerciais. Passado esse furor, na década de 1980, porém, essa abundância de recursos cai bruscamente. Essa queda, de acordo com Schwartzman (2001), coincide com um período em que o contexto da ciência no Brasil se mostrava ultrapassado se comparado à conjuntura internacional de ponta - marcado pela proximidade da ciência e da tecnologia (C&T) das indústrias; pela aceleração do ritmo de inovação e competição no mercado e, por fim; pela globalização da ciência, devido aos baixos custos dos fluxos de informação e à simplificação do acesso à comunidade de diferentes países.-, o que passou a exigir alguns ajustes.

Esse ajuste foi feito mediante o esforço para uma maior inserção internacional a fim de evitar que uma desigualdade entre países pudesse ocorrer não só no campo econômico, mas também no da geração de conhecimento. Isso levou a uma dicotomia em que foi possível identificar, por um lado, instituições de ensino e pesquisa de caráter tradicional e, de outro, instituições de caráter moderno – ou melhor, baseadas nos padrões internacionais de produção de conhecimento, conforme a conjuntura descrita acima.

Instituições modernas, então, seriam aquelas que procuram atender à conjuntura de ciência e tecnologia internacionais por meio da qual são avaliadas periodicamente pelos órgãos nacionais que financiam suas pesquisas. Mediante essa noção de instituição de pesquisa moderna, este trabalho procura traçar alguns paralelos entre a formação científica em uma instituição federal de pesquisa em ciência básica na cidade do Rio de Janeiro e o conceito de “casa” e “rua” desenvolvido pelo antropólogo Roberto da Matta (1987). Para se referir a essa formação científica, por sua vez, este trabalho propõe uma análise das mudanças de níveis da academia – de mestrado para doutorado, por exemplo - em termos de ritual de passagem, conforme este conceito é definido por Vitor Turner (1974).

A instituição de pesquisa escolhida para se fazer tal paralelo - entre o seu processo de formação científica e o conceito de casa e rua -, trata-se de um modelo exemplar de atendimento àqueles critérios internacionais de avaliação. Desta forma, foi feito um estudo sobre a cultura - ou sistema simbólico, (Geertz, 1989) - hábitos e valores cultivados mediante as suas interações sociais. Não sendo propriedade de um ente ou de um grupo, a cultura se manifesta no encontro de várias pessoas que, uma vez reunidas, compartilham linguagens e valores que ajudam a configurar um senso de grupo ou comunidade. Segundo Barbosa (2001), o termo cultura pode estar relacionado às variáveis de uma organização que podem vir a ser neutralizadas, ou aos elementos estruturais que têm a capacidade de conformar os indivíduos que a ela pertencem.

O livro *A casa & a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil* é uma coletânea de ensaios em que o antropólogo Roberto da Matta (1997) procura compreender a sociedade brasileira como algo totalizado, ou melhor, globalizado. Ao colocar nesses termos o autor pretende dizer que a sociedade brasileira não deve ser considerada como um conjunto de indivíduos. Propõe ele que a sociedade brasileira seja vista como um sistema que, além de possuir leis e normas que lhes são bem características, é complexo na medida em que admite num mesmo espaço estilos mutuamente excludentes cujos conceitos só podem ser definidos a partir da consideração de aspectos que lhes façam oposição. Assim, ao mesmo tempo em que o termo “casa” representa um palco, conforme tradicionalmente é retratado ele é também uma categoria que só pode emergir a partir da sua oposição à “rua”. Logo, ambos seriam termos que designam opostos. É a partir da idéia do contraste entre esses dois termos que o autor vai elegê-los para estabelecer uma análise sobre a sociedade brasileira.

Esses dois termos são trabalhados pelo autor como categorias sociológicas à medida que identifica neles um potencial para designar não apenas ambientes geográficos, fronteiras ou limites, mas também campos de ação e espaços éticos e culturais. Desta forma, a “casa” pode ser tanto o ambiente ligado à intimidade - o quarto de dormir, em relação à sala de estar, por exemplo - como a nação - o Brasil, em relação a outro país. Para Roberto da Matta (1987, 1997) o conceito de casa pode ser ampliado ou reduzido conforme o que se usa para lhe fazer oposição. “Rua”, então, seria o termo ligado aos espaços em vias de conquista, ou melhor, ainda não dominados e almejados pelos que desejam ampliar seu campo de ação. Ele pode ser também o lugar da ausência de intimidade ou de aconchego – universo das leis rigorosas e inflexíveis e da hostilidade.

O conceito de “ritual de passagem”, por sua vez, diz respeito aos eventos que marcam a transição do indivíduo para uma nova condição ou situação mais estruturada socialmente, e como tal, se adequaria ao empreendimento de uma análise de processo de formação científica pautado nas defesas de dissertações e teses. Ocorre que, de acordo as instituições de ensino, o lugar reservado às defesas e aquisições de títulos tem perdido a importância como modo de legitimação social, devido a novas formas de validação pautadas no desempenho acadêmico. Este seria o caso das instituições anteriormente definidas como modernas em que desempenho acadêmico poderia ser compreendido como os resultados consistentes difundidos mediante artigos científicos indexados no banco de dados do ISI (*Institute for Scientific Information*) – órgão sediado na Filadélfia e que possui um banco de dados que engloba publicações científicas de mais de 79 países desde 1981 (May, 1997) -, no caso de mestrados e doutorandos; e as citações por outros colegas de área dos trabalhos realizados, no caso de cientistas consolidados, em revistas indexadas nesse mesmo banco – denominado como **índice de impacto**.

O processo de formação do pesquisador, portanto, em termos de ritual de passagem, não teria uma associação direta com as defesas de mestrado ou doutorado, mas com as constantes buscas de legitimação social pautadas pela quantidade e qualidade das publicações efetuadas.

Inicialmente este trabalho faz uma breve descrição das origens (graduação), do ambiente de trabalho, das rotinas e conflitos e de algumas das idiossincrasias vividas pela população que convive em um departamento dedicado à ciência básica (bioquímica) no estado do Rio de Janeiro, Brasil, escolhido para este estudo. Em seguida são apresentadas as características que decorrem do processo de formação científica bem como procura-se mostrar que os processos seletivos podem significar o início ou o fim de uma carreira, uma vez mediado pela publicação de artigos. Por fim, os desafios da carreira são apontados, considerando-se a questão da política científica e o que significa ser bem avaliado. A partir do que foi colocado anteriormente, propõe-se um novo olhar sobre a concepção do ritual de passagem inerente à formação acadêmica, pois o foco das questões de identidade é desviado

para aspectos tidos como mais relevantes que o título para a formação profissional; essa mudança na concepção do ritual se reflete na representação do ambiente de trabalho e no espaço de “a casa e a rua”, conceito que ajuda a entender a interação da questão do ritual com a do contexto de trabalho.

Metodologia

Entre dezembro de 1998 a dezembro de 2000, os meandros de uma instituição pública federal de ensino e pesquisa em ciência básica na cidade do Rio de Janeiro foram explorados, por meio de observação participante e entrevistas. Foram realizadas 15 entrevistas em profundidade em um laboratório de ciência básica e depois entrevistas semi-estruturadas com 103 sujeitos nos demais laboratórios de pesquisa dessa instituição. Situações informais – festas e conversas – e formais – processos seletivos para mestrado/doutorado e defesas – foram observados bem como o dia a dia de trabalho e reuniões de equipe.

1. População e amostra

Foram abordados 118 alunos de cerca de 160 estudantes de pós-graduação (mestrado, doutorado) e de pós-doutorado que ingressaram nessa instituição entre os anos de 1994 e 1999 (quadros 1 e 2), quanto a aspectos relativos às suas trajetórias de pesquisa, motivações pessoais, projetos futuros e impressões sobre a instituição e suas regras. Foram realizadas 15 entrevistas abertas junto a quatro mestrandos, oito doutorandos e três pós-doutorandos e 103 entrevistas semi-estruturadas junto a 37 mestrandos, 54 doutorandos e 12 pós-doutorandos.

Inicialmente, foram feitas entrevistas abertas com os alunos de pós-graduação e de pós-doutorado do laboratório em que o observador se inseriu como aluno do mestrado numa área de concentração interdisciplinar, voltada para gestão, educação e difusão científica. As entrevistas abertas duraram de 40 a 90 minutos e foram realizadas em uma sala separada do ambiente de trabalho, a fim de evitar interrupções e manter a privacidade dos entrevistados. A partir destas entrevistas foram estabelecidas categorias mediante as quais as entrevistas semi-estruturadas foram realizadas numa média de duração de 15 a 30 minutos cada.

2. Tratamento dos dados

Os dados obtidos foram lidos exaustivamente e triangulados com os dados provenientes dos documentos produzidos pelo departamento e órgãos de fomento à pesquisa, além de materiais de jornal e de alguns *e-mails* trocados entre o grupo.

Foi estabelecida uma convivência diária com o grupo estudado, participando-se de boa parte dos eventos e rituais vividos por ele, procurando-se não interferir na dinâmica do ambiente, uma vez que, segundo Geertz (2001, 1989) para entender como e quem as pessoas pensam que são, assim como refletem sobre aquilo que fazem, é preciso se familiarizar com os significados das coisas no interior das quais elas estão imersas. Mesmo sendo impossível sentir ou pensar como eles, e tampouco ser um nativo, é admissível viver com eles sabendo-se desde o início que se parte de outro lugar e se porta significantes provenientes de uma realidade diferente daquela por eles compartilhada.

Considerando o que foi mencionado de Geertz, é possível afirmar que a proposta foi a de que o entrevistador vivesse como eles, ou como um deles, a fim de que uma descrição densa sobre a experiência que envolve partes do processo de formação científica pudesse ser realizada. Embora não seja possível se tornar um “nativo”, a experiência de ser um aluno permitiu que algumas situações comuns ao grupo fossem vivenciadas também pelo observador, que de outra forma não as teria percebido, assim como permitiu amenizar os impactos que a condição de estranho possa ter provocado nas pessoas por ele observadas. Desta forma, foi estabelecida uma “observação ativa”, uma vez que o observador permaneceu

integrado à comunidade de forma intensa (Haguette, 1990). Para tanto, as anotações contidas no diário de campo foram fundamentais.

Resultados

1. “As idiosincrasias”

A fim de melhor compreender o contexto em que o estudo foi realizado, assim como a cultura que o atravessa, segue breve relato sobre o perfil da população, sua estrutura de trabalho e rotinas. Em seguida será descrito o processo de formação científica tomando a etapa de inserção no (seleção para) mestrado como o ‘ponto de partida’ e a de doutorado como o ‘ponto de chegada’, ou onde tudo termina para de novo recomeçar. Assim será possível compreender melhor esse processo de formação e as idiosincrasias que o atravessam.

1.1 Perfil da população

Os alunos de pós-graduação (mestrado e doutorado) e de pós-doutorado da instituição são oriundos de diferentes graduações em ciências da vida e, um número muito reduzido, em ciências humanas. Alunos de medicina, se comparados aos de biologia, farmácia e nutrição, que muitas vezes optam pela pesquisa na busca de uma atividade com melhor remuneração, costumam se mostrar divididos entre o desempenho na clínica e a carreira como pesquisador. O curso de biomedicina é um caso especial, em que os alunos são preparados desde o início da graduação para o desempenho de atividades voltadas para a ciência básica. Assim, diferente dos alunos das outras graduações, eles, desde o início, desenvolvem a prática de laboratório. Ao contrário dos alunos dos outros cursos mencionados, que se inserem na pesquisa mediante os contatos que vão estabelecendo com os diversos professores em seus cursos e laboratórios respectivos. Muitos, inclusive, disseram que se iniciaram na pesquisa por meio de convite desses professores. A diversidade de perfis, em função das muitas origens de formação dos alunos dessa pós-graduação, ajuda a compreender as diferenças de conduta (e idiosincrasias) e a intensidade com que elas podem influenciar nas relações de trabalho em um contexto cujo convívio é intenso.

1.2 Estrutura de trabalho, rotina e conflitos

O dia a dia de trabalho no local exige um acessar constante de dados da *internet*, alternado as atividades na bancada. Conforme os estudos que os alunos pesquisadores estão a desenvolver, necessitam usar a aparelhagem dos laboratórios vizinhos, o que leva a uma intensa relação de trocas de favores entre eles.

A rotina desses alunos é marcada diariamente, em alguns laboratórios, por seminários internos, quando ocorrem discussões sobre artigos científicos entre os alunos e os seus chefes. Momento que eles aproveitam também para resolução de problemas internos. Este hábito de fazer seminários é comum em laboratórios no exterior e talvez tenha sido adquirido quando da permanência de muitos dos atuais chefes de laboratório nos diversos centros de excelência mundiais. Esses seminários têm por objetivo acostumar os alunos com a apresentação de trabalhos em público bem como trazer informações sobre temas atuais em suas áreas de estudo.

Os conflitos oriundos das rotinas estafantes e intenso convívio diário muitas vezes afloram nos seminários internos. Pessoas de origens (graduações) e formas de pensar distintas convivendo intensamente, com a relutância natural em se aceitar pontos de vista diferentes, acabam por estabelecer situações de conflito. De acordo com os temas abordados e com a área de conhecimento do apresentador, pode haver ironias quanto ao trabalho do colega. Nesses eventos, percebe-se entre os membros da comunidade a forte cultura de valorização de artigos científicos advindos de revistas de alto impacto e de autores provenientes de instituições de

prestígio. Outra razão para conflitos frequentes é a relação inversa entre demanda por *internet* e disponibilidade de computadores. O mesmo ocorre quanto ao uso de equipamentos ou reagentes.

As atividades burocráticas a que muitos, à medida que conquistam maior autonomia, acedem também é outro gerador de conflito. Se nem todos os alunos conhecem as burocracias de um laboratório de pesquisa básica, se não estão familiarizados ainda, é porque provavelmente alguém entre os seus colegas assume o compromisso de verificar sobre compra de reagentes, levantamento do estoque de outros materiais em geral, além de tomar providências quanto a reparos e manutenção dos aparelhos. Mas são as exigências por que passam ao longo do processo de formação científica que interessará mostrar aqui como o que realmente os aflige e incomoda. Afinal, em que consiste o processo de formação científica?

2. A formação científica ou “o processo do cientista em formação”

A formação científica dos alunos começa a partir do momento em que passam a desempenhar alguma atividade de bancada (pesquisa em uma bancada). Ela pode ser descrita como um processo dividido em várias etapas: da iniciação científica (IC), passando pela pós-graduação em nível de mestrado, pós-graduação em nível de doutorado e pós-doutorado ou como professor (visitante ou efetivo) em uma instituição de pesquisa. Mas, conforme o que será descrito abaixo, talvez se pudesse propor que, em vez de uma formação científica, se trate de um processo do cientista em formação.

2.1 O processo de formação científica

O processo de formação do pesquisador geralmente começa com a iniciação científica, programa de bolsa criado pelo CNPq a fim de despertar o interesse dos alunos da graduação pela atividade de pesquisa. Os alunos da IC são escolhidos pelos seus futuros tutores mediante o desempenho acadêmico e passam a freqüentar seus laboratórios cerca de duas ou três vezes por semana. Diferentemente dos alunos de pós-graduação, eles estão imunes das pressões por desempenho a que aqueles estão submetidos. O objetivo do aluno de IC deve ser o de fazer “*uma coisa simples, mas que funcione*” [aluna de doutorado].

Durante a IC os alunos são orientados diretamente por um pós-graduando (geralmente de doutorado) a quem podem ajudar na produção de sua tese, enquanto aprendem técnicas que futuramente poderão ser úteis na elaboração dos próprios projetos de pesquisa para o mestrado. Quando ingressam no mestrado, porém, o chefe do laboratório, na condição de orientador, participa mais intensa e diretamente das suas atividades, para posteriormente se afastar deles na medida em que ingressam no doutorado. Alguns alunos de mestrado comentaram que se sentem temerosos com relação ao doutorado devido ao inevitável afastamento do orientador. Mas, ao mesmo tempo em que ocorre esse afastamento, eles começam a discutir sobre seus projetos com os colegas, o que gera o hábito da ‘interação entre os pares’ e ‘convivência em equipe’, características importantíssimas para o futuro ‘cientista’.

Segundo eles uma pessoa se torna um cientista “*quando suas idéias são aceitas pelos outros [pesquisadores/cientistas] como algo relevante*”. Desta forma, além da independência na condução de seus achados e interação entre os pares, possuir resultados reconhecidos internacionalmente – ou seja, quando o *paper* passa a ser citado por outros cientistas – caracteriza a legitimação social na carreira. Schwartzman (1981) menciona o senso comum entre os cientistas de que não basta apenas a comprovação de um fato como verdadeiro para que ele seja alçado à categoria de uma descoberta científica, é preciso que aqueles que têm domínio ou autoridade sobre o determinado assunto considerem o fato plausível. Até atingirem este ponto e serem detentores de um fato considerado plausível, devem percorrer

um longo caminho. O ponto de partida deste caminho, na instituição estudada, começa com o processo de “seleção” para a pós-graduação.

2.2 A seleção, ou onde tudo começa

O processo de seleção para mestrado e doutorado modifica-se por volta do ano de 1995, em função do aumento do número de vagas oferecidas, sem o respectivo aumento do número de bolsas de estudos concedidas. Isso leva a que o processo seletivo seja um momento de tensão para o futuro aluno. Até o ano de 1994, para ingressar na pós-graduação, bastava uma indicação do futuro orientador. Agora é preciso se submeter a um desgastante processo de seleção para o mestrado, quando ao longo de dois dias são realizadas entrevistas e sabatinas sobre cinco textos de áreas diferentes, porém relacionadas ao que é desenvolvido nos laboratórios do instituto.

Os alunos de doutorado não se submetem a entrevista e sabatinas, mas têm de prestar contas do que obtiveram como resultados relevantes ao longo dos seus dois anos, ou menos, de permanência no mestrado: eles têm de possuir ao menos um *paper* veiculado em uma revista indexada: “*Se você não tiver um paper publicado aquilo não vai valer. À vezes, outra pessoa pode ter um trabalhinho publicado, mas ele vai ser avaliado pela revista que você publica.* [doutorado]

Durante a seleção para o mestrado, há uma grande cooperação e solidariedade entre os candidatos, a fim de que juntos possam superar a série de sabatinas que antecedem à entrevista, diferentemente do que ocorre entre eles quando do ingresso no doutorado. No primeiro caso a maioria dos alunos vem com um *background* relativamente equivalente e há uma manifestação mais intensa de grupo. No segundo caso são as diferenças que contam, ou seja, o desempenho individual ou aquilo que conceberam ao longo de dois anos (*papers!*). Os que se manifestavam como grupo a compartilhar um mesmo objetivo, quando pleiteavam o mestrado, na seleção para o doutorado se exprimem como fragmentos na luta por um espaço acessível apenas àqueles cujas performances representarem aos olhos dos avaliadores os melhores e mais brilhantes desempenhos acadêmicos. Do contrário, a continuidade da carreira acadêmica pode terminar por ali.

Mas não basta ser aceito, há o temor entre eles de obterem uma pontuação baixa na avaliação e, por isso, se sentirem estigmatizados, por serem ‘os últimos da lista’: *Meu medo era entrar no doutorado e ver o meu nome de novo no final da lista como aconteceu no mestrado* [doutorado].

2.3 A publicação, ou como tudo deve terminar... (para outra fase começar...)

A publicação não é referencial para medir o desempenho apenas dos alunos da pós-graduação. Além dos pós-doutorandos, os professores da instituição também estão submetidos a este crivo – quando de pedidos de verbas ou de apoio para novos projetos, por exemplo. Segundo eles, o processo de publicação passa pela obediência aos critérios inerentes a cada revista que, conforme o perfil dos que compõe seu corpo editorial, prioriza determinados tipos de trabalhos – devido à metodologia ou técnica empregada – assim como procedência – origem institucional ou autoria. A luta individual por legitimidade passa também por uma luta institucional dada pela necessidade de reconhecimento da instituição em que trabalham como um centro de excelência, a fim de que o crédito alcançado por ela leve a que mais e mais trabalhos de pessoas dela oriundas sejam aceitos pelos *referees*.

Os alunos confessaram que, quando têm um artigo rejeitado por uma revista, sentem certa dificuldade em comentar com os colegas. Muitas vezes, porém, falam sobre tal episódio procurando justificativas, que vão desde o fato de serem pessoas de país em desenvolvimento, até o fato de pensarem que os editores (revisores) não entenderam bem suas propostas. Mas, quando optam pela primeira justificativa, se esquecem de que eles próprios muitas vezes

tendem a cultivar *papers* de autores oriundos de instituições do primeiro mundo, conforme fazem nos seminários internos.

Acho que é uma coisa de status.(...) Acho legal publicar porque é uma maneira de divulgar seu trabalho. Você fez o trabalho e vai deixar no fichário guardado? Tem que publicar, lógico. (...) A publicação serve para reconhecimento, 'fulano de tal, publicou tal'. [doutorando]

Pesquisadores/alunos mais experientes, porém, afirmam que quanto maior o nível de uma revista, menor é a chance de critérios como 'origem do artigo' interferir na escolha dos trabalhos. Para eles, os melhores jornais possuem o melhor corpo editorial. Segundo Murphy (1996), mesmo que uma boa revista rejeite um artigo, os *referees* costumam dar sugestões relevantes quanto ao mesmo, o que por si só já faria a submissão de um trabalho valer a pena. Assim, a publicação é uma forma de ampliar o foro de discussões a respeito do trabalho, ou seja, aumentar o número de interlocutores que, tal como eles, foram legitimados socialmente por outras instituições de pesquisa. Isso permite pensar na idéia de que a publicação de um artigo seria uma forma de 'defesa' de uma proposta de pesquisa, só que por pares de regiões distintas do mundo e não por colegas de departamento escolhidos para o dia da defesa formal.

Muitos dos professores indagados disseram que não sabem ao certo como funcionam os sistemas de avaliação de artigos, mas afirmam que seria possível considerá-los falhos. Muitas vezes esses sistemas se pautam em critérios imperfeitos. Por exemplo, quando um mesmo artigo, rejeitado por uma determinada revista, é aceito em outra sem nenhum problema ou sugestões para alteração. A publicação como medida de valor do pesquisador recebe opiniões diversas, gera polêmicas e consiste em um grau de excelência indefinido. Segundo Latour e Woolgar (1997) o *Science Citation Index* é o "bicho-papão" dos cientistas porque entre suas atribuições está a de monitorar os trabalhos mediante cruzamento de informações para saber, a cada ano, quem foi citado e por quem. São os tais índices de impacto.

Para Murphy (1996) o processo de submissão do artigo é um excelente lugar para se aprender a ter humildade, apesar de muitos desistirem quando os editores comunicam que um manuscrito foi rejeitado. A chave para uma boa publicação é saber ler as cartas de rejeição, sem se deixar abater e nem desistir do projeto. Raro, para os iniciantes, é que se dê o contrário: um trabalho ser aceito de imediato, sem sugestões ou pedidos de ajustes:

Vai mandar um artigo pra uma revista e a revista diz não. (...) Você passa assim pela rejeição (...) manda para as melhores, aí vai caindo (...) foi aceito, (...) você tem a sensação de que as pessoas do mundo inteiro podem ler, começam a chegar pedidos do trabalho que você fez. Isso é a maior recompensa. [doutorado]

A oscilação entre queda e ascensão é uma constante entre o grupo observado. Para o iniciante da pós-graduação, a queda é representada pelos primeiros resultados que não dão certo ou pelos trabalhos submetidos e rejeitados. Já para o pesquisador consolidado, é a ausência de regularidade de suas publicações, cuja oscilação dá a medida do "crédito" dele junto às agências financiadoras. Caso não publique, as chances de ter o pedido de financiamento para um projeto aceito diminuem, quando não desaparecem.

3. O dia-a-dia e "os desafios da carreira"

A análise das 103 entrevistas semi-estruturadas mostra que as experiências consideradas mais estressantes ou angustiantes são as relacionadas ao contexto de trabalho, à seleção para o mestrado ou para o doutorado (n=34). De 10 mestrados com publicação, seis mencionam a seleção como fator estressante, ao passo que entre os sem publicação (n=27),

apenas nove (40%) o fazem. Em doutorandos (n=54), ocorre o oposto: dos 31 com publicação apenas sete apontam a seleção como fator estressante, enquanto os sem publicação (n=23), aproximadamente 50% (n=11) o fazem.

A seleção é tida como fator estressante por boa parte dos mestrados que publicaram, provavelmente porque assimilaram a cultura de produtividade necessária para continuarem na instituição, é diferente para os doutorandos que, além de serem em número maior, e daí a diferença nos resultados, têm entre os sem publicação pessoas que decididamente não se mostraram dispostas a continuar na academia.

A transição na política de valorização das publicações entre a entrada deles para o doutorado e término do mestrado abarcou uma parte dos alunos de doutorado entrevistados. Apesar das avaliações pautadas na produtividade científica internacional ser recente, o processo de avaliação dos cursos pela Capes inicia-se no ano de 1977, quando eles passaram a receber notas mediante conceitos. Quanto menor o conceito, menor o número de bolsas concedidas. De lá para cá os mecanismos de julgamento têm se tornado cada vez mais abrangentes e têm levado a critérios cada vez mais complexos (Castro & Soares, 1983). Além da seleção, quatro outros fatores foram considerados pelos alunos como estressantes ou angustiantes: política do governo, infra-estrutura, recebimento de bolsa e defesa de dissertação ou tese.

Segundo Lucena (1995), no caso de organizações estáveis, como as instituições universitárias ou militares, o desdobramento de uma carreira é algo bem definido, ao contrário do que ocorre nas organizações modernas, bastando que se esteja disposto a investir no auto-desenvolvimento. Observa ele que, nesse percurso, fatores como potenciais limitados e competição elevada podem atrapalhar a carreira do indivíduo.

Diversas histórias pessoais dos alunos entrevistados mostraram, contudo, que as fatalidades das quais podem ser acometidos à medida que optam por investigar um determinado objeto desmentem essa idéia de estabilidade colocada por Lucena. Veja o caso de laboratórios onde o uso de material reaproveitado (e esterilizado) como medida de economia, em função de corte de gastos, pode levar à contaminação de um experimento; ou da perda de meses e meses de ensaios após uma queda de luz; dentre infinitas situações que servem como exemplo do modo como as carreiras podem ser “abaladas” pela infra-estrutura. O desperdício de tempo provocado por uma fatalidade dessa natureza pode comprometer a performance de pessoas que têm de correr contra o tempo a fim de ‘mostrar serviço’ para os professores no dia de suas defesas e/ou seleções, já que os prazos para defesas não podem ser flexibilizados, uma vez que as avaliações de desempenho da instituição consideram também esse item.

Os laboratórios costumam ter períodos de bonança quando a verba de um projeto ajuda a aquietar algumas turbulências. Apesar do conceito elevado da instituição perante a Capes, ‘nível sete’, esse conceito elevado parece que é mais fruto do empenho de seus diversos integrantes (alunos, pesquisadores, cientistas) do que de condições de trabalho ideais. Mas afinal, o que é ser nível sete.

3.1 A política científica e o nível sete da Capes

As duas principais agências de fomento à pesquisa no país são o CNPq e a Capes, que asseguram a manutenção dos estudantes de pós-graduação por meio de bolsas de estudo. Nos últimos anos da década de 1990 houve uma mudança de política financiadora nesses dois órgãos, quando foram tecidos os parâmetros de fomento por meio de critérios que seguiam um modelo internacional. Esses critérios seriam: publicação de trabalhos em revistas indexadas, estabelecimento de um tempo máximo para a defesa de teses e dissertações, qualidade do corpo docente e discente e infra-estrutura; além de nítida inserção internacional.

Antes de prosseguir, é importante esclarecer que revistas indexadas no caso seriam aquelas revistas científicas cadastradas no SCI (*Science Citation Index*) a partir de avaliação do ISI. Tais revistas devem cumprir determinados critérios, sendo alguns deles: o não atraso das datas das edições, a aplicação de processo de *peer review* - em que a validade do estudo é avaliada por um corpo editorial altamente qualificado - e o respeito às normas internacionais de edição, como o *abstract* em inglês (Ferroni, 1999; Gibbs, 1995).

O cumprimento desses critérios é fundamental para um conceito elevado – que varia de um a sete – diante das comissões que se reúnem de três em três anos e decidem o destino das verbas para as instituições de pesquisa. Essas verbas são cada vez mais escassas, gerando competitividade elevada e uma distorção cultural quando a cienciometria prevalece nas avaliações (De Meis *et al.*, 2003a, 2003b).

A cienciometria é um campo de estudo criado por volta de 1964 com o objetivo de compreender o processo de produção acadêmica como um fenômeno social e medir a produção científica e a evolução de determinada área de conhecimento mediante os índices bibliométricos catalogados em bancos de dados (Braun, 1985; Leta & De Meis, 1996). Para a realização de tal análise, os *experts* da cienciometria se baseiam em informações coletadas em bancos de dados que indexam revistas que seguem critérios como periodicidade das publicações, corpo editorial composto de pessoas com larga tradição, comprovada pela sua produtividade, dentre outros. O banco utilizado como referência é o organizado pelo ISI, cuja avaliação da produtividade serve de parâmetro para atribuição de níveis de excelência (Schwartzman, 2001).

Leta & De Meis (1996) afirmam que mais de 90% da produção científica no âmbito universitário brasileiro está restrito a apenas algumas universidades públicas. Dessas, 42,9% dos trabalhos publicados originam-se das três principais universidades públicas do país (De Meis, *et al.*, 2003b). Menos de 5% da produção científica universitária advém das universidades particulares, apesar do aumento de professores titulados. Como as universidades particulares são uma maioria, o título tem sido suficiente para a ascensão universitária. Como na maior parte dessas instituições não existem outras exigências, além de possuir um título, o atendimento à demanda de produtividade científica fica restrita a um pequeno número de centros ou “ilhas de excelência” (Schwartzman, 2001). Nestas ilhas seria produzida efetivamente a maior parte da publicação científica brasileira. Com a política de avaliação dos pesquisadores por produtividade, a tradicional carreira acadêmica parece que tem sofrido um abalo em suas estruturas. Surge um novo modo de legitimar socialmente o pesquisador e de posicioná-lo hierarquicamente na carreira.

Discussão

A seguir, será desenvolvida uma proposta considerando-se o entendimento da mudança no processo de construção da identidade do pesquisador e do cientista, quando se passa a tomar como parâmetro de excelência profissional a produção acadêmica – o número ou frequência de publicações, conforme a fase da carreira em que ambos se encontram. Nesse sentido, será resgatada a idéia de “ritual de passagem”, cunhado por Van Gennep (1977), conforme ela foi extrapolada em trabalhos anteriores sobre o contexto atual da pesquisa acadêmica do Brasil (Carmo, 2001; De Meis, *et al.*, 2003b). Segundo os autores, o ritual de passagem na academia que tradicionalmente estaria relacionado às defesas de dissertação e de tese - e a conseqüente obtenção de títulos de mestrado e doutorado -, na instituição observada sofreria uma inversão: o processo de construção de uma nova identidade social para o pesquisador e o cientista passaria pela produção de *papers* e não pela obtenção de títulos.

Após a apresentação dessa idéia propõe-se pensar a respeito do que esse processo de formação do cientista sugere em termos de representação do ambiente de trabalho. Nesse sentido, este estudo apresenta o conceito de “a casa e a rua” como um esforço em direção ao

que o contexto de trabalho – à luz das idiossincrasias, do processo do cientista em formação e dos desafios da carreira – pode representar em termos simbólicos para esse grupo.

1. Rituais na formação acadêmica

O futuro é um elemento incerto e, conseqüentemente, angustiante tanto para o homem primitivo quanto para o letrado. Essa incerteza perante as adversidades faz com que ele regule ou controle o que lhe é estranho por meio de regras. Para isso, procura repetir no plano simbólico, mediante rituais, essas situações adversas, o que ajuda a dominar os fenômenos inusitados que elas proporcionam.

Todos estão sujeitos a fenômenos inusitados diante dos quais, segundo os antropólogos, os homens permanecem em estado de *communitas* – ou fora de uma situação controlável ou de uma posição socialmente demarcada (Turner, 1974). Este estado é a face contrária à estrutura – um posicionamento num sistema de referência, em que um indivíduo sabe o que ele é e qual o seu papel social e localização dentro de um grupo. Como os papéis de um indivíduo mudam ao longo da sua vida dentro de uma sociedade – de adolescente para adulto, de solteiro para casado, de menina para mulher, de graduado para mestre ou doutor etc. – o termo estrutura pode ser também definido como o espaço de tempo que antecede a transição (liminaridade) de uma posição social (solteiro; graduado) a outra (casado; mestre ou doutor) em que ele se encontra estável ou adaptado socialmente.

O termo rito de passagem, definido pelo antropólogo Van Gennep (1969, *apud* Turner, 1974), diz respeito aos momentos que marcam as transições do indivíduo de uma situação, ou posição social determinada (estruturada), para outra posição ou papel social desconhecido. Durante essa transição, o indivíduo permanece no estado de *communitas*, enquanto não assimila sua nova condição, ou seja, identidade, condutas e papéis inerentes ao seu novo desempenho. O rito de passagem é caracterizado por três fases distintas, a saber:

- a) separação – afastamento do ponto fixo anterior na estrutura ou condição social;
- b) liminaridade – momento ambíguo em que o indivíduo permanece num domínio cultural com poucos atributos do passado e do futuro, estado comparado à morte;
- c) reagregação – reinstalação do indivíduo num ponto fixo, porém diferente do que ocupava antes do ritual, mais elevado socialmente, quando lhe são conferidos atributos de uma nova posição num determinado sistema.

Quando se fala em rituais na academia, a idéia que vem à mente é a da defesa de mestrado ou de doutorado. Conforme Van Gennep (1977), os rituais de passagem são banalizados à medida que repetidos – o segundo parto, por exemplo, não se reveste da mesma carga emocional que o primeiro – como se sofresse um aplanamento progressivo. Desta forma, a seleção e a defesa de mestrado apresentar-se-iam com maior carga emocional que a seleção e defesa de doutorado (Carmo, 2001; De Meis, *et al*; 2003b). Ocorre, porém, que é na publicação de um *paper* que os pesquisadores se reconheceram como tendo transcendido, ou em vias de transcender, uma posição hierárquica. Este seria o verdadeiro processo ritual naquela instituição. Isso, contudo, não significa que o segundo *paper* seja investido de uma carga emocional menor que o anterior, tal como o segundo parto...

A ênfase na produção científica e não no título de mestre ou de doutor parece que tem gerado uma espécie de hierarquia frouxa. Tomando a produção científica como a meta fundamental dos integrantes do instituto, é pelo alcance dessa meta que a identidade profissional e legitimação social vão ocorrer. É o culto ao desempenho acadêmico que abarca todos daquele ambiente.

Se para o mestrando a publicação é a garantia de entrada no doutorado, para o doutorando será a garantia de continuidade em um pós-doutorado. Na condição de pós-doutorando, ou já na de professor, ele terá de continuar a produzir outros *papers*. Nesse

momento, porém, terá de produzi-lo na condição de autor principal – quando o seu nome aparece antes dos demais autores no artigo, como numa ordem que indicasse o seu grau de importância para a construção do texto – a fim de seja constatado publicamente que ele “*caminha com as próprias pernas*” e conduz outros alunos que futuramente também o farão. Mais adiante na carreira ele viverá a expectativa ou angústia de que seus trabalhos sejam citados por outros autores, num processo incessante de busca por legitimidade que implica em que o seu trabalho tome uma abrangência em um campo de projeção cada vez mais vasto.

Inicialmente, a expectativa do aluno de mestrado é a de uma busca por legitimidade pelos pares locais, a fim de que possa ingressar no doutorado. Mais adiante, sua expectativa é a de busca por legitimidade por parte da comunidade científica dedicada ao seu campo de interesse como um todo. Essa comunidade, por sua vez, deverá ser constantemente lembrada da existência dele por meio dos novos fatos que ele vier a produzir e que ela, por seu turno, voltará a corroborar.

Às vezes você fica numa ansiedade muito grande, porque você tem que fazer aquela pesquisa, você tem a sua tese, você tem um prazo, você tem um orientador que te orienta, mas que ao mesmo tempo te cobra, porque você tem uma instituição que cobra teu orientador e é essa cascata. [doutorado]

A condição de professor exige um constante engajamento em novos projetos, substituídos por outros infinitamente. O cientista, então, é como um ser em formação, pois sua vida é arquitetada como um ciclo de projetos (Boltanski & Chiapello, 1999) em que a seleção parece apontar mais para uma autorização do indivíduo a continuar fazendo pesquisa do que para legitimar o aparecimento de ‘um novo indivíduo renascido após o ritual’. O ciclo não se fecha ao final de um ritual ou da atribuição de um título. Pelo contrário, amplia-se o espaço mediante o qual terá que se legitimar mais adiante.

A publicação, então, é o “rito moderno da academia” que faz com que, com o correr do tempo, os seus membros se sintam como que fazendo parte de um contexto maior – parte da ‘comunidade científica’ – e não permaneçam restritos às suas esferas locais, aos seus departamentos, por meio dos fatos que disseminam. Logo, ela leva a que os indivíduos aumentem os espaços da “casa” em que habitam, à medida que dominam a “rua”.

2 “A casa e a rua”

Além dos seminários internos, restrito aos membros dos próprios laboratórios, conforme descrito no tópico relativo às idiossincrasias, às quartas-feiras acontecem seminários gerais no instituto (*journals*) em que os alunos dos diversos laboratórios se reúnem. Nesta ocasião, um deles, professor ou convidados nacional ou estrangeiro apresenta os resultados de sua pesquisa. É uma oportunidade para os colegas trocarem idéias e discutirem resultados de suas pesquisas. Ao final deste evento, são servidos *pizza* e refrigerante. Lima (1985), em estudo que envolveu um departamento de antropologia americano e outro brasileiro, descreve um evento parecido no primeiro caso. Conta ele que toda semana eram patrocinadas cervejas aos integrantes, as “*beer hours*”, situação em que se buscava promover e institucionalizar a interação social.

Constatou-se que essas situações de fato propiciavam interações coletivas entre eles e, assim como os *journals*, os churrascos e as comemorações de aniversário – onde não falta o tradicional bolo – ou de algum projeto aprovado, também seriam exemplos de interações coletivas. Estes eventos remetem à idéia de aproximação e aconchego em relação ao ambiente de trabalho e se contrastam com a corrida pela busca de resultados e conflitos do dia a dia. Como se num mesmo espaço fosse possível comportar duas situações opostas: o aconchego e a hostilidade.

Aconchego e hostilidade, tomando o texto de Roberto da Matta (1987, 1997), são os análogos à “casa” e à “rua”. O termo “casa” estaria ligado a uma malha imprescindível de relações calorosas, aos laços de parentesco e amizade, ao afeto, assim como à idéia de grupo de contornos bem definidos – fronteiras ou limites. O termo “rua”, por outro lado, diz respeito ao ambiente regido pelo cidadão, pelo indivíduo, ou melhor, pelo anonimato, logo, lugar da desconfiança, da incompreensão, do cada um por si. “Casa” e “rua”, para este autor, não são espaços com fronteiras delimitadas fisicamente, mas sim por meio de contrastes ou oposições, logo um “espaço moral” (1987, p.16).

Ainda segundo o autor, a oposição entre casa e rua não é absoluta, mas dinâmica. Isso quer dizer que o que é rua hoje pode se tornar casa amanhã, uma oposição móvel, portanto. As relações que transformam a “rua” em “casa” fazem com que o que era anônimo, desconhecido ou não dominado, se torne familiar e pessoal. Essa postura de segundo lar, de camaradagem é, inclusive, estimulada pelas organizações que exigem dedicação integral de seus membros. A comparação dos laboratórios com a casa não foi difícil de ser constatada, vide o tempo de permanência no ambiente de trabalho ser superior a 12 horas em muitos casos. Isso quando não tinham de dormir no local para realizar um experimento que exigia a permanência deles por mais tempo.

Apesar do convívio intenso e da solidão do processo de descoberta e elaboração dos resultados gerarem conflitos (De Meis, 1998), levam também a vínculos fortes, até mesmo casamento. A satisfação com o trabalho é um sentimento necessário a estas pessoas, vide a dedicação intensa – disciplina ou amor:

Se você não tem disciplina, tá fora. (...) É trabalho de peão, que eu acho que é muito importante (...) Ir pra bancada todo dia de manhã, pegar os tubo, montar, fazer o experimento e de tarde fazer o gráfico... [doutorado]

É amor, é amor mesmo, você vive um amor eterno com aquilo. Você vai dormir pensando naquilo, acorda pensando naquilo, quer saber (...) você está ligado no assunto. (...) Você está sempre atento a tudo, com novidades, com outras idéias. [doutorado]

As colaborações corriqueiras indicam a dependência mútua para a realização de projetos, conduta a que aderem a partir do momento em que passam a interagir no mestrado. Essa adesão, ou adaptação, representa que a “rua” virou “casa”. Sem as colaborações não poderiam encaminhar seus projetos: “*se não fosse pelas trocas, os projetos não iriam adiante*”. “Rua” aqui significa tanto as adversidades ocasionadas pela baixa infra-estrutura, até o estranhamento do culto às publicações ou a busca de resultados – principalmente nas etapas em que ficam às voltas com o estabelecimento do método de trabalho ou purificação de uma proteína. Essas situações são dominadas à medida que interagem mais entre si, ao mesmo tempo que se habitam às próprias adversidades. Dominadas essas adversidades, pode-se afirmar que estão na “casa”. Comparadas as entrevistas dos alunos de mestrados recém-integrados ao grupo com as dos mais antigos, é nítida a diferença de percepção quanto ao ambiente. Os alunos mais novos sempre mencionavam a adaptação como um processo difícil.

Apesar da produção de *papers* brasileiros veiculados em periódicos indexados pelo ISI de 1997 a 2000 ter aumentado, o mesmo não ocorreu com os gastos governamentais em ciência e tecnologia (C&T) (De Meis *et al.*, 2003b). As trocas constantes entre os laboratórios é a alternativa para a escassez de recursos. Muitos têm de retribuir aos favores, e a forma mais comum é a inserção do nome do colega (colaborador) no artigo: “*caso você não cite, pode acontecer de amanhã, quando alguém do seu laboratório precisar, não receber ajuda*”. Segundo Latour & Wolgar (1997), a relação de reciprocidade entre os vários pesquisadores de um campo não consiste no resultado de mero reconhecimento dos pares, mas sim da

necessidade uns dos outros para que possam produzir fatos dignos de confiança. A relação de trocas mostra o quanto uns necessitam dos outros a fim de que todos possam concretizar seus projetos. Fora essas trocas, o processo de construção do conhecimento é uma vivência solitária. Ao mesmo tempo em que a ciência moderna aponta para uma colaboração ampla entre os pares, os fracassos são vivências individuais.

Roberto da Matta (1997) faz alusão ao termo englobamento de Louis Dumont (1992) para se referir à totalização de um termo por outro, como quando a “casa” é englobada pela “rua”, como que devorada por essa – associando a isso o discurso populista em que um ente externo trata todos como uma grande família num contexto em que não caberia esse tratamento. O seu oposto também é possível, quando a “rua” é englobada pela “casa”, e o plano pessoal é tratado no universo das leis.

A alta cobrança de produtividade é assimilada pelos sujeitos que passam a perpetuar essa cultura, a torná-la natural, e a reproduzi-la em si mesmos e nos colegas. É como se houvesse um englobamento em que os não sobreviventes, ou seja, os que não conseguem se adaptar à cultura local ou à “letra dura da lei” (idem, p. 20) – alta cobrança de produtividade, excelência etc. – agissem de tal modo por incompetência ou incapacidade pessoal, e não porque um jogo de circunstâncias favoráveis, interna e externamente, pudesse contribuir para a não execução de suas obras.

Uma célula se contaminar é o temor de todos nesse laboratório, pois corre-se o risco de se comprometer todo um trabalho. Uma célula demora seis dias pra crescer e cada hora dá um resultado diferente... Tem-se uma sensação de impotência, quando não dá certo, você mesma se põe à prova. [doutorado]

Esta lógica ou modelo de avaliação e legitimação social, embora gere uma grande liberdade individual, em detrimento de uma baixa segurança social, leva também a que os atores se julguem responsáveis pelos seus próprios fracassos.

Por estar mudando de projeto pela segunda vez questiono: será que eu não dou certo, será que porque não deu certo na primeira vez poderá não dar certo na segunda também? [doutorado]

Os resultados não alcançados são tratados como incapacidade pessoal. Isso gera uma necessidade de provarem permanentemente a própria capacidade. Num ambiente caracterizado por alta competitividade, é comum acreditar que os que não conseguem não o fizeram por não serem bons e logo não merecem continuar. Suas mazelas são sempre interpretadas, por eles próprios e pelo meio em que trabalham como responsabilidade suas (“*não fui bom o suficiente*”).

Os que defendem o padrão de excelência por meio da medida do índice de impacto das publicações, entretanto, o fazem por acreditarem que essa seja a via plausível de adaptação dos países em desenvolvimento ao modelo dos países desenvolvidos. A publicação acaba por possibilitar contatos, mesmo que esporádicos, com comunidades mais avançadas (De Meis, 1998). A inclusão do artigo no ISI permite que este seja visto por outros cientistas quando estes forem procurar novas descobertas no seu campo (Gibbs, 1995). Adicione-se a isto a crença de que artigos bons devem aparecer nas melhores revistas e de que periódicos desconhecidos impedem a visibilidade do trabalho. (Murphy, 1996).

Ao submeter um artigo, o pesquisador tem oportunidade de estabelecer diálogos com pares desconhecidos – *blind review* –, o que pode contribuir para a evolução de um conhecimento, pois as sugestões podem indicar aspectos não considerados pelo autor, e que enriqueceriam seus achados. É a ocasião propícia para se obter opiniões e críticas de interlocutores oriundos de instituições de prestígio, o que dá maior legitimidade ao trabalho.

Alçado o ponto em que o “neófito” já não está mais sob o crivo de sua comunidade científica (ou coletivo), mas sob o de uma sociedade maior do que aquela configurada pela sua instituição, ele alargou os cômodos de sua “casa”. O espaço da “casa” se amplia, de um ambiente privado (o quarto de dormir) para o espaço público (quando se faz referência ao Brasil como “nossa casa”). Não é a “rua”, então, que aparece mais como cenário desse drama em oposição à “casa”, e sim a necessidade constante de ampliar os cômodos da “casa” na medida em que se avança pela “rua”. De onde se conclui que cientista é um ser em eterno estado de “liminaridade”.

Conclusão

Este trabalho procurou ser fiel a um fragmento da realidade de trabalho e de produção de conhecimento por parte de pesquisadores responsáveis, dentre outras instituições brasileiras bem-conceituadas, por índices de desempenho ótimo nas avaliações do governo. Buscou mostrar a formação do pesquisador como um processo dividido em diferentes etapas, levando a um deslocamento do foco da atenção dos rituais coletivos para experiências carentes de teatralidade, em que há uma ênfase na produção e não na obtenção de títulos.

As pós-graduações brasileiras que atendem a uma lógica de elevada produção são uma minoria, ficando a maior parte da produção científica restrita a poucas universidades, a maioria pública. O modelo de avaliação internacional, típico de países desenvolvidos, entretanto, encontra no Brasil um financiamento cujo perfil é o de um país em desenvolvimento. Basta ver a defasagem no reajuste das bolsas, por exemplo, que suscita um quadro que alguns descrevem como de exploração (Helene & Valentinuzzi, 2004). Isso leva a crer que os pesquisadores, se conseguem alcançar algum êxito, devem-no mais à sua dedicação e capacidade de adaptação a adversidades – tornando o avesso familiar –, do que ao apoio que recebem.

As adversidades, como a infra-estrutura e os prazos, mostram que, para ‘ampliar os cômodos da casa’, ou seja, chegar até os grandes centros internacionais, mediante seus *papers*, é preciso dominar a “rua”. O convívio constante com provações de ordem material, a tolerância às divergências de opiniões e outras idiosincrasias, a pressão constante por desempenho permitem evocar sistemas opostos: o aconchego e a hostilidade.

Em meio a isso, o neófito tem que provar que é bom para entrar, “*pertencer àquela comunidade*” [doutorado]. Mais adiante, tem que ratificar isto perante a coletividade, dando provas materiais, e não só intelectuais, do seu desempenho. Aumentando os cômodos de sua casa (trajetória pessoal), contribui para a ampliação dos cômodos da instituição (trajetória coletiva), pois cada *paper* publicado contribui para o conceito da instituição como um todo nas avaliações periódicas. Espaços que antes eram retratados como impossíveis de serem conquistados na “rua” sofrem uma fagocitose e são incorporados como novos cômodos, num processo sem fim rumo à reafirmação do direito de pertença àquela casa (financiamentos de novos projetos, bolsas como pesquisador visitante, recrutamento de novos alunos de IC, mestrado e doutorado, idas a congressos...). Sem se esquecer dos índices de impacto...

Referências Bibliográficas

- ADUR INFORMA, 2005. *Ensino e pesquisa: desafios e perspectivas do trabalho docente*. n. 69, 4 maio 2005.
- BARBOSA, Lívia. 2001. *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV.
- BOLTANSKI, L; CHIAPELLO, E. 1999. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Galimard.
- CANE, P. 1959. *Gigantes da ciência*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- CASTRO, C.M.; SOARES, G.A. 1983. Avaliando as avaliações da Capes. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro. v. 23, n. 3, p. 63-73.

- DA MATTA, R. 1997. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6^a ed. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____. 1987. *A casa & a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- DE MEIS, L. 1998. *Ciência e educação: o conflito humano tecnológico*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor.
- _____. CARMO, M.S.; DE MEIS, C. 2003a. Impact factors: just part of a research treadmill. *Nature*. v. 424, 14 August.
- _____. L; VELLOSO, A.; LANNES, D.; CARMO, M.S.; DE MEIS, C 2003b. The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. *Brazilian Journal of Medical Biological Research*. n. 36, p. 1135-1141.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*. São Paulo, EDUSP, 1992.
- FALCÃO, E.B.M. 1995. *Pensamento científico entre cientistas e a cultura organizacional de uma unidade acadêmica*. Tese de Doutorado. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.
- FERRONI, M. 1999. 'SCI' inclui só 16 revistas brasileiras. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 set., Especial - Ranking da Ciência p. 2.
- FONSECA, L.; VELLOSO, S.; WOFCHUCK, S.; DE MEIS, L. 1997. The importance of human relationship in scientific productivity. *Scientometrics*, Oxford and Budapest, v. 39, n. 2. p. 159-171.
- GEERTZ, Clifford. 1989. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- _____. 2001. Paisagem e acidente. *Folha de São Paulo*,. São Paulo. 18 de fev. MAIS! p. 9-11.
- GIBBS, W.W. 1995. Lost science the Third World. *Scientific American*. United States of America, August, p. 76-83.
- HAGUETE, T.M.F. 1990. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 2^a ed. Petrópolis: Vozes.
- HELENE, A.F.; VALENTINUZZI, V.S. 2004. Brazil needs action rather than words. *Nature*. V. 431, 7 October.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. 1997. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- LETA, J.; DE MEIS, L. 1996. A Profile of Science in Brazil. *Scientometrics*, Amsterdam and Budapest, v. 35, n. 1, p. 33-44.
- LIMA, Roberto Kant de. 1985. *A antropologia da academia: quando os índios somos nós*. Petrópolis, Vozes.
- LONGO, W.P. 1997. Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: evolução após a segunda grande guerra. In: RODRIGUES, P.S.; RINZLER, C.M.C.;
- LUCENA, M.D.S. 1995. *Planejamento de recursos humanos*. São Paulo: Atlas.
- MAY, R.M. 1997. The scientific wealth of nations. *Science*. United States of America. Vol. 275. February, p. 793-796.
- MURPHY, K.R. 1996. Getting published In: FROST, P.J; TAYLOR, S.M. (Eds.). *Rhythms of academic life: personal accounts of careers in academia*. United States of America: Sage Publicatons. p. 129-134.
- SCHWARTZMAN, Simon. 1981. *Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 2001. *Um espaço para a ciência: a formação científica no Brasil*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos.
- TURNER, Vitor. 1974. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes.
- VAN GENNEP, Arnold. 1977 [1969]. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes.